Resolução PGE-20, de 12-5-2016

Autoriza a celebração de acordo nas hipóteses que especifica

O Procurador Geral do Estado,

Considerando que o Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do RE 573.540/MG, com repercussão geral reconhecida, e da ADI 3.106/MG firmou posicionamento acerca da inconstitucionalidade da cobrança compulsória pelos Estados da contribuição para assistência médico-hospitalar;

Considerando o disposto nas Orientações Normativas SubG/Contencioso Geral 15 e 17;

Considerando as justificativas apresentadas pela Subprocuradoria Geral do Estado do Contencioso Geral;

Considerando que os princípios da racionalidade e eficiência devem nortear a atuação dos Procuradores do Estado, evitando o prolongamento de demandas infrutíferas;

Resolve:

Artigo 1º - Ficam os Procuradores do Estado responsáveis pelo acompanhamento de ações judiciais em que servidores ativos, militares, inativos, seus pensionistas, dependentes ou agregados pleiteiam a cessação dos descontos para contribuição médico-hospitalar e odontológica ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE) e à Caixa Beneficente da Polícia Militar (CBPM) e/ou a condenação das autarquias à devolução das contribuições retidas antes do ajuizamento das demandas, autorizados a propor e celebrar acordo, observadas as seguintes condições:

I – o objeto do acordo deve se circunscrever à fixação da data de cessação dos descontos de contribuição médico-hospitalar e odontológica, à qual deve corresponder à data da concessão da liminar ou, caso esta não tenha sido concedida, da homologação judicial do acordo, com concomitante desvinculação do servidor, do militar, do inativo, de seus pensionistas ou dependentes do respectivo plano assistencial;

- II – não haverá devolução dos valores das contribuições anteriores à celebração do acordo, na medida em que neste período os serviços assistenciais estavam disponíveis para utilização;
- III – o acordo não compreenderá o pagamento de multa cominatória para a hipótese de eventual descumprimento, custas processuais e honorários advocatícios;
- IV – o termo de acordo conterá cláusula de ampla e irrevogável quitação não apenas do objeto do processo, como também de todas as parcelas descontadas a título de contribuição médico-hospitalar e odontológica, na medida em que o serviço assistencial estava disponível para utilização, assim como de renúncia a direitos decorrentes do mesmo fato ou fundamento jurídico que deu origem à ação judicial.

Artigo 2º - Somente poderá ser objeto de acordo a pretensão não prescrita e que não possa ser fulminada mediante arguição de matérias processuais e outras de ordem pública.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOE – Poder Executivo – Seção I – 13.05.2016 – São Paulo, 126 (88) – p. 36.